

“Desalabrando” histórias: o Serviço Social e as lutas

“Unpacking” stories: Social Work and social struggles in Chile
(1970-1973)

Alexander Panez Pinto*

Kátia Marro**

Maria Lúcia Duriguetto***

Paula Vidal Molina****

Victor Neves*****

Víctor Orellana Bravo*****

Resumo – No Chile, o Serviço Social, no período da Reconceitualização, apresentou fortes mudanças nos seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, mudanças que estavam sintonizadas com o cenário político de alta efervescência da luta de classes. Na virada da década de 1960 à década de 1970, as forças organizativas da classe trabalhadora – partidos e movimentos sociais de esquerda – levaram o Chile a ser o primeiro país no mundo em que uma coalizão com um programa de construção do socialismo conquistou o governo pela via eleitoral. Neste cenário, o Serviço Social chileno estabeleceu relações e posicionamentos, produzindo uma rica reflexão de docentes, discentes e profissionais em relação à formação profissional e às ações interventivas. Neste artigo, explicitaremos reflexões iniciais da conjuntura chilena do governo da Unidade

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. *Correspondência:* Departamento de Geografia – Universidade Federal Fluminense: Rua Alexandre Moura – São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-200. *Email:* <alexander.panez@gmail.com>.

** Professora do curso de Serviço Social do Campus Universitário de Rio das Ostras na Universidade Federal Fluminense. *Correspondência:* Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense: Rua Recife, Lotes 1-7 – Jardim Bela Vista, Rio das Ostras – RJ. CEP: 28895-532. *Email:* <katiamarro@gmail.com>.

*** Professora Associada da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora e Pesquisadora CNPq. *Correspondência:* Faculdade de Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora: Rua José Lourenço Kelmer, S/n - Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <maluduriguetto@gmail.com>.

**** Professora Assistente da área de Trabajo Social da Facultad de Ciencias Sociales na Universidad de Chile. *Correspondência:* Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Chile: Las Encinas, 3370, Ñuñoa, Santiago, Chile. *Email:* <pvidal71@yahoo.com>.

***** Professor Adjunto no Departamento de Teoria da Arte e Música na Universidade Federal de Espírito Santo. *Correspondência:* Departamento de Teoria da Arte e Música – Universidade Federal de Espírito Santo: Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras, Cemuni V, Vitória – ES. CEP: 29075-910. *Email:* <victornsouza01@gmail.com>.

***** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Correspondência:* Faculdade de Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rua. São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20550-900. *Email:* <v.orellanabravo@gmail.com>.

Popular (UP) e as relações do Serviço Social com as organizações e movimentos sociais, as quais serão evidenciadas pela análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)¹ e dos artigos da Revista de Trabajo Social da PUC.

Palavras-chave: Unidade Popular; Serviço Social; Reconceituação; lutas sociais; Chile.

Abstract – Social work in Chile during the Reconceptualization period presented deep changes, in a context of high social effervescence. At the turn of the 1960s to the 1970s, the consolidation of the working class and left-wing parties led Chile to become the first country in the world to conquer the government by electoral means, with a program building towards socialism. In a context of intensification of social struggles, Chilean social work established relationships and stances, producing a rich reflection of teachers, students, and professionals in relation to professional training and intervention. This article is the first delivery of results of an ongoing research that reviews the relationship of Social Service with social movements and struggles based on the analysis of final papers for graduation and articles from *Revista de Trabajo Social*, from Pontificia Universidad Católica de Chile.

Keywords: popular unity; Social Service; reconceptualization; social struggles; Chile.

Introdução

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960, com o denominado Movimento de Reconceituação latino-americano. A condição para essa primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores, que se desenvolveu em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva generalizada que teve agudos rebatimentos no continente (FERNANDES, 2011, p.75). É nessa conjuntura de acirramento de manifestações abertas dos conflitos de classe, e devido também à influência dos partidos de esquerda nas massas populares, que segmentos de vanguarda da categoria passam a repensar sua função em face das contradições sociais. Dessa forma, sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva.

Com a consideração central dos marcos conjunturais em que afloram organizações, movimentos e lutas sociais dos trabalhadores, acrescentamos as considerações de Netto (2005), que, ao discutir a erosão do Serviço

¹A pesquisa nos TCCs da Universidad de Chile teve a colaboração dos discentes de Trabajo Social: Ismael Quinteros, Denisse Carvajal, Ankari Canales e Javiera Ramírez.

Social “tradicional” na América Latina, credita a ela três vetores: revisão crítica que se processa no interior das Ciências Sociais; deslocamento socio-político das igrejas no tocante às interpretações teológicas com posicionamentos anticapitalistas e à permeabilidade de setores do clero a demandas vindas das bases sociais, em momento de profundo questionamento ao capitalismo; movimento estudantil, entendido não apenas enquanto rebelião juvenil, mas enquanto meio em que se reproduzem condensadamente as tensões políticas em curso na sociedade, através do qual elas se inserem no importante espaço de formação e reprodução da categoria profissional representado pela Academia.

Neste artigo, interessa-nos trabalhar sobre uma hipótese contida, mas não encerrada, nos vetores apresentados por Netto (2005). Ela se funda nas seguintes assertivas: por um lado, o processo da Reconceituação e o ascenso das lutas dos trabalhadores na América Latina não devem ser interpretados como meramente confluentes, nem mesmo somente inscritos em um mesmo marco temporal, havendo entre eles uma relação de *determinação causal*; por outro lado, não basta *afirmar* tal relação – é necessário *demonstrá-la*, assim como *explicitar as diversificadas linhas de força* que para ela contribuem e com ela interagem. A hipótese é, portanto, a seguinte: o ascenso das lutas das classes trabalhadoras, por mais que se expresse nos três condutos enumerados por Netto (2005), não se esgota neles, sendo necessário levar em conta, para além deles, o “bloco histórico” a articular estrutura e superestrutura no período, e daí a relação entre assistentes sociais (individual e coletivamente) e as variadas constelações ideais expressas nos diversificados “aparelhos hegemônicos” ou “aparelhos ‘privados’ de hegemonia” vinculados organicamente às classes em luta (GRAMSCI, 1977).

A tal hipótese soma-se a seguinte precisão: no âmbito dos aparelhos vinculados às classes trabalhadoras², quando se quer explicar e compreender o fenômeno da erosão do Serviço Social “tradicional” e a emergência da Reconceituação em âmbito latino-americano, merecem atenção especial aqueles vinculados ao proletariado.

No sentido de fundamentar aquela hipótese, vamos, no presente artigo, apresentar os primeiros resultados da nossa pesquisa sobre o Chile e o Serviço Social chileno no período 1965-1973³, em que explicitaremos alguns processos desenvolvidos nos anos sob o governo da Unidade Popular (UP) (1970-1973) e a sistematização e análise dos conteúdos dos TCCs da U. de Chile, U. Católica de Valparaíso e U. Católica de Chile, além dos ar-

² Classes trabalhadoras se refere, aqui, ao contingente de classes que vivem do próprio trabalho, o que abrange o proletariado, o camponato, setores da pequena burguesia, e mesmo, eventualmente, outros estratos sociais – conjunto pluriclassista por vezes referido como “setores populares”. Dentre essas classes trabalhadoras está o proletariado, que na interpretação clássica com a qual trabalhamos neste texto não se restringe ao operariado fabril.

³ Esta pesquisa faz parte do subprojeto intitulado *A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil, Argentina e Chile no período de 1960-1980*, que compõe a pesquisa *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*, coordenada pelas professoras Marilda Yamamoto e Cláudia Mônica.

tigos presentes na *Revista Trabajo Social* (PUC), entre o período 1970-1973. Assim, percorreremos nas próximas páginas um caminho que permita: a) vislumbrar alguns elementos centrais da conjuntura chilena entre 1965-1973, especialmente no tocante à organização das classes trabalhadoras; e b) tecer considerações exploratórias acerca do redimensionamento crítico do Trabalho Social chileno na relação com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas.

O Chile entre 1965 e 1973: localizando o Serviço Social e a Reconceituação chilena

O triunfo da UP representou a culminação de um longo e complexo processo de articulação de uma parte da esquerda chilena que, a partir dos anos 1950, construiu estratégias de aliança política para enfrentar a luta eleitoral e a construção de um projeto político comum. Neste esforço, confluíram o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Radical, o Movimiento de Acción Popular Unitaria (Mapu) e o Acción Popular Independiente, que levaram Salvador Allende a conquistar a presidência em setembro de 1970.

Os principais autores sobre os quais nos apoiamos para estudar a conjuntura chilena naquele período concordam que, devido ao Golpe de 1973 e à profunda derrota que ele significou para as forças sociais e políticas engajadas na luta socialista, aspectos centrais da história dos movimentos das classes trabalhadoras chilenas naquele interregno permanecem insuficientemente conhecidos. Nesse sentido, parece-nos importante explicitar aquelas que consideramos serem as principais linhas de força a determinar essa conjuntura, o que faremos brevemente nos parágrafos a seguir (GAU-DICHAUD, 2004, p. 17).

Primeira, é no plano do “bloco histórico”, articulando estrutura e superestrutura, que se deve considerar a crise atravessada pelo Chile na virada dos anos 1960 aos anos 1970. Já no início dos anos 1960 evidencia-se o esgotamento do projeto capitalista “nacional-desenvolvimentista”. Na tentativa de apaziguar as contradições na esfera política desse modelo, surge o programa de “revolução em liberdade” da Democracia Cristã (DC) sob Eduardo Frei Montalva, que, através de uma narrativa de transformação social, pretende o aprofundamento do desenvolvimento capitalista (CANCINO, 1988). Porém, o projeto da DC não conseguiu conter a entrada do Chile na crise de fundo – que se manifestou social, econômica, política e culturalmente entre a segunda metade dos anos 1960 e 1970, em todas as economias centrais e em grande parte do mundo periférico capitalista (MANDEL, 1990).

Segunda, na esfera da economia, deve-se ter em conta o elemento de continuidade histórica entre o que o governo da UP efetivamente foi capaz de implementar entre 1970-1973, bem como a modalidade de desen-

volvimento capitalista chileno aberta pela DC entre 1965-1970. O governo da UP implementou já no começo mudanças estruturais contidas no seu programa, que proclamava claramente *o socialismo como objetivo* –como a nacionalização dos recursos minerais, intensificação da reforma agrária, expansão da área de propriedade social e controle estatal da banca (VIDAL, 2014). Apesar disso, não parece ter conseguido iniciar uma efetiva transição socialista, tendo sido abortado pelo Golpe de 1973, quando ainda se encontrava em um ponto que muitos dos próprios construtores de tal governo avaliavam como o “momento democrático” da revolução. Tem-se, portanto, que, mesmo que isso ainda seja objeto de debates, há autores que assinalam que o governo da UP, até onde conseguiu avançar no plano da economia, não chegou a ser capaz de superar uma forma radicalizada do desenvolvimentismo (GAUDICHAUD, 2004).

Terceira, tomando-se o Estado em sentido integral (GRAMSCI, 1977), devem-se considerar as três determinações a seguir: a) a *diferença de intencionalidades prevaletentes em cada um dos diversos aparelhos hegemônicos da classe trabalhadora*, entre aquela que, de um lado, vicejou no âmbito da esquerda previamente institucionalizada, forte e organizada (sobretudo o PCe o PS), de canalizar o descontentamento popular no marco de um apoio ao projeto de uma “via chilena ao socialismo”; de outro lado, aquela surgida desde a base dos movimentos das classes trabalhadoras, tendente a *transbordar* os limites da institucionalidade do Estado burguês, apoiada por um setor dentro do próprio PS, e a emergência do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), dentre outros; b) o *surgimento de órgãos de “poder popular”*, interpretado diferentemente pelos diversos sujeitos políticos em presença; c) o *transbordamento dos movimentos das classes trabalhadoras* em face da ambiguidade da UP e da limitação que ela buscou – e, em larga medida, conseguiu – impor, entendendo-os antes enquanto ponto de apoio ao governo do que como alavancas no sentido de definir os rumos da luta de classes, transformando radicalmente as relações sociais na base do Estado e rompendo com a institucionalidade social e política burguesa (GAUDICHAUD, 2016).

A partir das observações expostas acima, é possível delinear uma periodização para o desenvolvimento dos movimentos das classes trabalhadoras entre 1970 e 1973. Uma primeira fase se estende entre a posse de Allende, em 1970, e o mês de outubro de 1972, sendo marcada por forte identificação entre a UP e sua base social. Uma segunda fase, compreendida entre a paralisação patronal de outubro de 1972 e o “Tancazo” de junho de 1973, durante a qual surge uma miríade de organizações coletivas independentes do Executivo, posicionando-se por vezes contra ele, tendendo a pôr em questão os limites da política da UP. Neste contexto, o governo, pressionado pelos movimentos patronais através dos quais a burguesia declara guerra e assume a ofensiva, passa a trabalhar no sentido de frear as reformas para garantir o já conquistado e evitar a guerra civil. É então que se apresenta

a conhecida disjuntiva entre os partidários do “avançar sem transacionar” e aqueles do “consolidar para avançar”, e que os órgãos de poder popular se vêem em uma encruzilhada entre sua fidelidade a Allende e o desejo de manter a pressão social para fazer avançar na transição. Por fim, uma terceira fase se estende da tentativa de golpe de junho de 1973 (o “Tancazo”) até o 11 de setembro, período em que está em marcha acelerada e aberta a contrarrevolução, favorecida, por sua vez, por certas medidas emanadas do Estado, como os gabinetes cívico-militares de salvação nacional e a Lei das Armas, da qual se valem os militares insidiosos para cometer diversos abusos e arbitrariedades.

Durante a terceira fase, cristaliza-se a oposição entre uma esquerda parlamentar e as direções dos organismos de poder popular. Quanto à assim chamada “esquerda parlamentar”, condiciona seu apoio a iniciativas de poder popular ao limite de que não levem ao surgimento de situações de dualidade de poderes em relação às instituições políticas juridicamente reconhecidas. Consideram que essas situações de dualidade de poderes favoreceriam posições tidas como “ultra-esquerdistas”, como, por exemplo, as do MIR, e levariam à guerra civil, o que essa parcela da esquerda quer, a todo custo, evitar – pensando ser possível e necessário, para isso, apoiar-se sobre a “arraigada tradição de compromisso com as instituições democráticas” que, pretensamente, vigeria no Chile de então. Quanto às direções dos organismos de poder popular, passam a ter cada vez maior clareza do perigo de se perder o controle do processo caso não se acelere o avanço e não se passe ao enfrentamento aberto e sem tréguas à contrarrevolução.

Acerca do redimensionamento crítico do Trabalho Social chileno na relação com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas

Não restam dúvidas de que o Serviço Social chileno se vê profundamente redimensionado neste cenário histórico. Como um dos capítulos particulares do processo de Reconceituação latino-americano, podemos afirmar que *o vínculo e a pressão que exercem as lutas sociais dos trabalhadores e setores subalternos, entre meados dos anos 1960 e a chegada ao governo da Unidade Popular, são os fatores que tensionam o Serviço Social tradicional*. O desvelamento da dimensão política da profissão se traduz em férteis debates profissionais, que questionam a funcionalidade da profissão nos processos de exploração da força de trabalho e alienação dos trabalhadores. Traduz-se, além disso, na reprodução de modelos de participação social que apaziguam os conflitos de classes e problematizam as características da distribuição da propriedade privada e da dependência econômica do país, ou, também, nas formas de organização e do conflito de classes, como fundamentos das desigualdades sociais. Observam-se as

primeiras manifestações de um claro questionamento da sociedade capitalista e da função que a profissão tem desenvolvido neste contexto. Um artigo do primeiro volume da *Revista de Trabajo Social* (UC) elucidada:

O Serviço Social, situado neste contexto, sem um marco de referência mais amplo e [sem] uma visão crítica da sociedade, orientou sua ação, principalmente, nas duas linhas assinaladas, com a convicção de que por meio deste labor se poderia solucionar a maioria dos problemas sociais.

A experiência de inúmeros colegas durante esforçados anos de vida profissional parece indicar que este caminho conduz a um beco sem saída [...]. É necessário chegar na raiz do problema, que acreditamos que está no sistema capitalista e sua estrutura de dependência e subdesenvolvimento de nossa sociedade. Enquanto o sistema se mantenha e a estrutura não mude, o Trabalho Social continuará se encontrando no mesmo beco sem saída. (AYLWIN;POBLETE; SOLAR, 1970, p. 5-6 “tradução nossa”).

Temos assim que, no cenário histórico que se abre com a conquista do governo da UP, os trabalhadores sociais se interrogam acerca da sua contribuição com o processo de transição ao socialismo. No editorial desse mesmo primeiro volume da revista, afirmam os colegas: “A nova conjuntura histórica que começa a viver o nosso país, com um governo orientado à construção do socialismo, coloca novas e substanciais exigências para o Trabalho Social” (EDITORIAL, 1971, p. 6 “tradução nossa”).

Ao analisar documentos e trabalhos produzidos na época, destaca-se o *envolvimento da atuação profissional com problemas típicos de uma situação de deslocamento da correlação de forças no campo da luta política, cuja solução é colocada sob o crivo do compromisso com um processo de transição socialista*. Alguns exemplos disso são o relato profissional em uma empresa estatizada em que se evidencia a ausência de uma apropriação real e coletiva dos meios de produção (TRABAJO SOCIAL, 1972); a crítica da debilidade de valores de solidariedade e cooperação coletiva entre as massas (VARGAS, 1970; MOYANO et al., 1972); ou mesmo o desafio da construção do protagonismo dos segmentos subalternos na condução das políticas sociais, no âmbito habitacional (PALMA; QUIROZ, 1971; ETS-UC, 1972a) e de saúde (ARRIAGADA et al., 1972), entre outros.

Ainda assim, deve-se ter em mente que a profissão, naquele período, estava transitando, dando seus primeiros passos no sentido da realização de pesquisas mais rigorosas, abandonando um tratamento mais fenomênico e descritivo da realidade, questionando os pilares do pensamento conservador e incorporando novas referências teóricas para análise e intervenção social. Isso tem rebatimentos no pensamento crítico produzido no período. Em alguns momentos, percebe-se certo tratamento eclético e até mesmo a persistência de influências que remetem a correntes, pensadores e instituições mais diretamente vinculadas ao campo positivista de análise e intervenção

social, como também a utilização da *teoria da marginalidade*, ou, ainda, as influências da Cepal.

Está em curso um redimensionamento teórico que se materializa, por sua vez, num claro enriquecimento no conhecimento dos sujeitos com que trabalhamos, já não considerados como meros “usuários individuais”, mas *como sujeitos coletivos organizados e historicamente situados*. Este conhecimento é produto de uma compreensão histórica e política desses setores, mas também de *uma inserção real da profissão no cotidiano de vida e organização destes sujeitos* – é, na expressão empregada na época, fruto do “trabalho de base” junto aos “setores populares” e às suas organizações, que a profissão também é chamada a realizar.

Cabe destacar o conhecimento que a profissão produz sobre três dimensões importantes do movimento social das classes subalternas no período: os “pobladores”, a questão do poder popular e o movimento operário-sindical. É importante sublinhar que, do ponto de vista da relação da profissão com as lutas sociais, essa não se reduz exclusivamente ao operariado fabril, identificando-se outros sujeitos coletivos, geralmente integrantes das classes trabalhadoras tomadas em sentido mais abrangente, que fazem parte desta relação: assim, é possível observar na literatura do Serviço Social latino-americano da época, e em especial do Serviço Social chileno, reflexões sobre as mulheres, os camponeses e os indígenas, que passam a ser compreendidos, paulatinamente, desde uma perspectiva de classe e incorporando aspectos da sua reprodução social para pensar atribuições do trabalho profissional.

Por exemplo, o conhecimento dos “pobladores”, considerados como expressão de contradições secundárias, evidencia esse *esforço por conhecer a composição dos diversos segmentos das classes trabalhadoras e subalternas*, entendendo suas lutas pela reprodução social como parte da luta de classes, no contexto do capitalismo dependente (PALMA; QUIROZ, 1971). Ao compreender as particularidades do capitalismo dependente chileno, a profissão descortina a heterogeneidade da classe como reflexo da própria heterogeneidade da estrutura produtiva, impactando não apenas nos salários e na posição produtiva, mas também nos níveis de consciência, no comportamento político e nas formas de organização.

Esse fenômeno se torna tão representativo do debate profissional que a Escola de Trabalho Social da Universidade Católica de Chile (ETS-UC) cria um “Departamento Poblacional”, encarregado de acompanhar suas experiências de organização a partir de diversos organismos criados ou recriados pelo governo da UP. Assim, órgãos como as Juntas de Abastecimento e controle de Preços (JAP), Conselhos Locais de Saúde (CLS), juntas de vizinhos (associações de moradores), clubes de mães e comitês de vigilância noturna vão pautar um conjunto de demandas e de desafios para a atuação profissional do Trabalho Social.

A literatura analisada permite inferir uma *destacada inserção da profissão no processo de organização popular* a partir dos “talleres”, não

apenas em relação ao *apoio e fortalecimento do processo de auto-organização dos trabalhadores*, mas também em relação ao *desafio de uma nova institucionalidade que expressasse a gestão participativa dos assuntos públicos por meio dos organismos de poder popular*(CAMPO et al., 1971; GIMENEZ et al., 1971; DEL POZO, 1971; CRUZ, 1972).

É neste ponto que se evidencia, também, a preocupação da profissão pelo protagonismo e o processo de auto-organização dos trabalhadores na conjuntura que se abre a partir do governo da UP: *estudantes e trabalhadores sociais se debruçam sobre o debate do poder popular, questionados pelo desafio de identificar e fortalecer organismos de poder da classe.*

El pueblo aprendió más que en muchos años de su historia. Entendió por primera vez, por su práctica, lo que era la destrucción del Estado Burgués y la necesidad de construir un nuevo Estado... Entendió que el poder popular no era una palabra que se usa en las charlas, sino que era poder de verdad, de decisión y ejecución en el manejo de algo.(CRUZ, 1972, p.56).

A afirmativa de que a profissão deve desenvolver o seu trabalho junto às organizações populares se expressa em exemplos variados, como o da política habitacional; o da luta pelo controle e gestão do processo de produção da área social da economia; e até o da organização territorial dos "pobladores". Especificamente neste ponto, na preocupação por diferenciar os "moldes" e instâncias de participação herdadas do período histórico anterior, a literatura analisada retrata que a relação predominante era de reivindicação e colaboração com o Estado – e o caráter que os organismos de poder popular deveriam adquirir, como organismos de poder de classe –, nos marcos do processo de transição ao socialismo. Inclusive, observa-se no debate profissional *uma relação estreita entre as políticas sociais e os trabalhadores organizados como classe, como sujeitos coletivos*. Voltaremos a esse assunto ao falar das atribuições profissionais e das perspectivas de trabalho.

Outro dos aspectos relevantes que se identificam no debate é o *trabalho com o movimento operário-sindical, impulsionado por experiências de intervenção a partir do processo de ocupação e estatização das fábricas*. Na compreensão dos profissionais, as ações desenvolvidas deveriam se orientar a elevar o nível de consciência dos trabalhadores. É assim que um dos artigos da PUC (TRABAJO SOCIAL, 1972) relata o projeto de criação de um "departamento cultural e de educação" na empresa para atuar no campo dos valores culturais que acompanhem o processo de transição ao socialismo e facilitem a compreensão do contexto histórico e a organização popular; para atuar na formulação e operacionalização de serviços e benefícios sociais nas empresas; inclusive, incorporando tarefas que fazem parte da luta de classes, com o objetivo de "ganhar confiança e reconhecimento" dos trabalhadores, participando nas diversas atividades convocadas pelos sindicatos (greves, assembléias, ocupações).

O artigo citado nos informa que algumas dessas demandas eram apresentadas à equipe profissional pelos próprios dirigentes sindicais, no sentido de se contrapor ao conservadorismo e à “neutralidade” dos assistentes sociais tradicionais que desenvolviam o seu trabalho nas empresas, com anterioridade a estes processos de ruptura. Ao tratar das atribuições que os trabalhadores sociais teriam ao atuar com os sindicatos ou nas empresas, destacam-se as perspectivas enumeradas a seguir. *Nos órgãos de participação operária*, a profissão trabalharia na “batalha ideológica junto às bases”; na capacitação política, ideológica e econômica; na alfabetização dos trabalhadores; qualificando esses órgãos para que sejam meios de apropriação real dos meios de produção. *Nos sindicatos*, os trabalhadores sociais teriam como tarefa a capacitação e formação política para garantir relação com as bases, superar o formalismo e evitar a cooptação; qualificar o debate acerca do destino do excedente (CAMPO et al., 1971; GIMENEZ et al., 1971). Outra frente seria *o trabalho com “a mulher do trabalhador”*, no sentido da formação política pelo seu poder na criação dos filhos, por exemplo, através dos Centros de Mães (GATICA; CABRERA; CHANG, 1972; TOLEDO, 1971).

Outra questão que chama a atenção e evidencia o enriquecimento que proporciona a relação entre a profissão e as lutas sociais é a interação com as políticas sociais. Isso se expressa no relato de experiências de intervenção que se propõem a garantir direitos, promovendo o protagonismo dos subalternos, nos marcos de um processo de transição ao socialismo. No cruzamento analítico entre a política social e o chamado “Poder Popular”, há artigos que salientam a formação de conselhos; o enfrentamento de modelos tradicionais de participação; a formação de líderes de saúde; a promoção do protagonismo dos trabalhadores e “pobladores” na construção da política habitacional e demais políticas sociais (ETS-UC, 1972a; ARRIAGADA et al., 1972).

No que diz respeito à relação com as políticas públicas e sociais, existem nuances que nos levam a afirmar a existência de vários posicionamentos no Trabalho Social da época. Antes da chegada da UP ao governo, a preocupação que aparece é a tensão que se produz entre as políticas/demandas institucionais (do mercado de trabalho, do empregador) e as demandas dos trabalhadores postas pelo processo de mobilização social para a transformação de um Chile periférico e dependente. As análises apontam que as políticas sociais tinham um selo assistencialista e de integração dos conflitos de classes, nos moldes propostos pela Aliança para o Progresso (DEL POZO, 1971).

Paulatinamente, aparece um questionamento à dimensão de apaziguamento das lutas operárias presente nas estratégias de enfrentamento da questão social por parte do Estado no contexto desenvolvimentista, bem como um reconhecimento de que a profissão se disputa nessa tensão. Por outro lado, no contexto de um governo que se apresenta como comprometido

com uma transição ao socialismo, verificam-se, nas fontes estudadas, as mesmas dificuldades de construção de mediações teóricas e políticas no debate profissional. Neste ponto, a participação real e substantiva da classe trabalhadora e dos setores subalternos nas diversas instâncias e delineamentos do governo em relação às políticas sociais aparece como uma frente de trabalho importante para os trabalhadores sociais. Observa-se certo questionamento dos ressaibos burocráticos, paternalistas ou até de práticas assistencialistas (herdadas do governo da DC) em alguns segmentos da profissão, apontando a insuficiência da estratégia da UP para os setores "poblacionales". Interessante observar algumas advertências críticas que aparecem nas fontes tratadas, quando analisam o governo em questão: a) a insuficiência da política "poblacional"; b) a continuidade de práticas paternalistas e burocráticas; c) o caráter limitado da participação popular nas políticas públicas (ETS-UC, 1972b).

Pudemos observar, ainda, que se destaca, nas fontes analisadas, uma forte explicitação da *dimensão ideopolítica e educativa da profissão*, com uma clara *perspectiva de classe* na compreensão do Trabalho Social. O trabalho profissional é considerado parte das estratégias de capacitação para a formação da consciência de classe e para o desenvolvimento dos processos de organização dos trabalhadores. Esta chave de interpretação vai delinear boa parte das atribuições e competências profissionais na relação com os trabalhadores e demais segmentos subalternos, no seu processo de organização.

Podemos mencionar algumas *linhas de atuação profissional, na perspectiva do poder popular*, como por exemplo: questionamento e problematização do processo de organização; apoio às organizações existentes; fomento de novas formas de organização que respondam às necessidades dos trabalhadores; capacitação de dirigentes; trabalho de organização para a melhoria das condições de vida e articulação dessas demandas com organismos estatais; apoio na formação sindical das mulheres; participação no desenho e implementação das políticas de saúde, dentre outras (ETS-UCC, 1972a; DEL POZO, 1971; ZELADA, 1972).

Relacionada à acentuada ênfase na dimensão ideopolítica da profissão, é possível constatar também, em algumas fontes analisadas, certa superestimação da dimensão política do Trabalho Social, presente em uma visão messiânica e voluntarista do trabalho profissional no processo de construção do socialismo e do poder popular. Isso se percebe em passagens de textos que demandam à profissão a necessidade de realizar um trabalho a serviço das classes populares para que as mesmas encontrem a sua "libertação". Podemos notar essa superestimação especialmente nas tonalidades acentuadas da concepção do Trabalhador Social como "capacitador" ou "educador popular", tendo a função de brindar instrumentos ideológicos e técnicos para que os trabalhadores pudessem desempenhar o papel de "agentes da transformação social". Deste modo, observam-se dificuldades

de construção de mediações teóricas, políticas e profissionais, que se expressam seja em posturas messiânicas, seja na dificuldade de compreender as contradições do Estado burguês, seu papel como empregador e as particularidades dos processos de trabalho, seja ainda na confusão da relação da profissão com os usuários – permeada em alguns casos por certo militantismo. Contudo, é importante reconhecer que estes elementos se relacionam também com a experiência inédita que se estava vivenciando no âmbito da profissão, em que nas próprias discussões internas se reconhecia as dificuldades de estar sendo confrontados com um desafio nunca antes colocado (AYLWIN; RODRÍGUEZ, 1971).

Considerações finais

Este artigo é uma primeira e sintética exposição de alguns elementos que consideramos serem os mais relevantes quanto aos processos desenvolvidos sob o governo da UP e a relação do Serviço Social chileno com as organizações, movimentos e lutas sociais. Nesta direção, apresentamos algumas considerações: na análise dos TCCs e dos artigos pesquisados, evidenciamos uma notável alteração dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, a partir da efervescente conjuntura pela qual passava o país naquele período. O Serviço Social reconhece que o “atual cenário histórico” (transição ao socialismo) exige um posicionamento. A tendência majoritária desse posicionamento é a de confluir e apoiar aquele processo, de sintonizar a profissão não apenas às demandas postas pelo governo da UP, mas sobre tudo de fomentar e fortalecer os processos de organização dos trabalhadores e a defesa das suas demandas e interesses.

Contudo, a relação da profissão com o governo da UP e com seu campo de forças políticas não foi monolítica nem isenta de disputas. Nas produções acadêmicas analisadas, é possível atestar que as próprias tensões existentes no interior das forças políticas que conformavam a UP também rebateram na relação dos assistentes sociais com os segmentos da classe trabalhadora, junto aos quais exerciam sua intervenção. Também é fundamental explicitar que, mesmo havendo envolvimento de profissionais com o governo, e com as forças políticas que o sustentavam a partir da militância política, *é pela mediação da política social* que a categoria profissional desenvolve a sua intervenção, com os *pobladores*, camponeses e operários industriais.

Referências

ARRIAGADA, A. et al. *Participación de la comunidad en programas y acciones del Servicio Nacional de Salud*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1972.

AYLWIN, N.; POBLETE, M.; SOLAR, M. Orientaciones para la acción del Trabajo Social. *Revista de Trabajo Social UC*, v.1, 1970.

AYLWIN, N.; RODRÍGUEZ, V. "Qué es el Trabajo Social" en la actual perspectiva histórica. *Revista de Trabajo Social UC*, v. 1, 1971.

CAMPO, E. et al. *Participación del asistente social en el proceso de desarrollo socio político actual*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1971.

CANCINO, H. *La problemática del poder popular en la vía chilena al socialismo, 1970-1973*. S.l.: Aarhus University Press, 1988.

CRUZ, G. Los talleres de Trabajo Social y la crisis de octubre. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972.

DEL POZO, I.H. *La acción de un trabajador social en un sector marginalizado de vivienda Higuerrilla nº 1 e 2*. Trabajo de Conclusión de Curso. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1971.

ETS-UC.DEPARTAMENTO POBLACIONAL, ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, UC. El trabajador social como agente de movilización –Programa Salud. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972a.

_____. Algunos elementos del diagnóstico del fenómeno poblacional en Chile. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972b.

EDITORIAL. Chile: coyuntura favorable para el Trabajo Social. *Revista de Trabajo Social UC*, 1971.

FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera*: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1980] 2011.

GATICA, J.; CABRERA, S.; CHANG, R. Participación " poder obrero: ¿hacia una redefinición del trabajo social? *Revista de Trabajo Social UC*, 1972.

GAUDICHAUD, F. Presentación General. In: *Poder popular y cordones industriales*. Testimonios sobre el movimiento popular urbano chileno, 1970-1973. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

_____. *Chile 1970-1973*. Mil días que estremecieron al mundo: poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende. Santiago: LOM Ediciones, 2016.

GIMENEZ, R. et al. *Elementos para la formulación de políticas de acción social para un Servicio Social correspondiente a una época de cambios acelerados*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1971.

- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, [1929-1935] 1977.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio/Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MOYANO, M. et al. *Organizaciones y participación en sectores populares urbanos*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1972.
- NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, [1990] 2005.
- PALMA, D.;QUIROZ, T. Como La dependencia económica condiciona la realidad popular urbana en Chile. *Revista de Trabajo Social UC*, 1971.
- TOLEDO, G. et al. *El Instituto Laboral y la participación de la mujer en la vida sindical*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1971.
- TRABAJO SOCIAL en una empresa estatizada. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972.
- VARGAS, N. *Organización de comunidad y participación para el desarrollo*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1970.
- VIDAL, P. Unidad Popular y la lucha por la igualdad radical en Chile. *Revista Izquierdas*, n. 18, IDEA-USACH, Santiago de Chile, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3601/360133466005/>>. Acesso em: 17 de junho de 2017
- ZELADA, I. *Desarrollo de dos talleres de Trabajo Social en el sector poblacional, bajo el proceso de cambios de la Unidad Popular (1971-1972)*. Trabajo de Conclusión de Curso. Santiago: PUC, 1972.

DOI: 10.12957/rep.2017.32742

Recebido em 19 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 03 de setembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.